

Autoconstrução e autogestão como potencial de práticas urbanas mais sustentáveis para o Distrito Federal

Mateus Marques Rangel
Universidade de Brasília – Brasil
marqueszmateus@gmail.com

Liza Maria Souza de Andrade
Universidade de Brasília – Brasil
lizamsa@gmail.com

ABSTRACT

This article aims to discuss concepts and applications about self-management and self-construction processes focused on popular participation and sustainability, based on the Dorothy Stang occupation in Sobradinho, Distrito Federal. It is justified by the fact that the Distrito Federal showed, since the construction of Brasília, a rapid and uncontrolled growth that resulted in the emergence of cities without planning and integration. Therefore, it is understood that self-construction and self-management can be instruments that, along with sustainable urban planning, can add popular participation in the transformation of the city. This is an exploratory research in which concepts and data are discussed and analyzed based on Dorothy Stang's urban design. Thanks to the adopted methodology, it was possible to verify that self-construction and self-management were implemented in Distrito Federal by necessity, once the government failed to create effective urban policies since the construction of Brasília. It is up to the architects and other professionals responsible for the design of the city to adopt sustainable solutions that involve the participation of the community and its local know-how in the process. It is hoped that this article will contribute to understand the theoretical aspects related to self-construction and self-management and how they were applied in the said occupation.

Keywords: *Self-construction; Self-management; Distrito Federal; Sustainability; Urban planning.*

1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata da temática da autoconstrução e autogestão como um campo de possibilidades a ser explorado na perspectiva de práticas urbanas mais sustentáveis para o Distrito Federal, tendo como estudo de caso a Ocupação Dorothy Stang. A pesquisa está inserida no trabalho de assessoria técnica do grupo “Periférico, trabalhos emergentes” (EDITAL Nº 01/2017 - DEX-DPI).

Desde o surgimento dos primeiros núcleos urbanos do Brasil observou-se que grande parte dessas cidades era construída por seus próprios moradores, na maioria das vezes sem capacidade técnica para tal. Atualmente, essa prática ainda é muito comum. Brasil (2009, apud. NASCIMENTO et al. 2016) aponta que cerca de 70% das habitações construídas no país são autoproduzidas, geralmente assentadas em terrenos não regularizados e com infraestrutura insuficiente ou inexistente. Práticas como esta são fruto da carência habitacional das populações de baixa renda historicamente desassistidas pelos governos federal e municipal

e que, por consequência, tomam medidas de maneira isolada que assegurem a sua subsistência, sem o acompanhamento de profissionais especializados.

O *déficit* habitacional vem sendo timidamente revertido nas últimas décadas através de programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida que, apesar de contribuírem para a dinamicidade da economia, não possuem projetos que se integram ao restante do desenho urbano da cidade, além de não implementarem metodologias participativas e sustentáveis, fazendo com que as demandas habitacional e social da população continuem deixando de serem atendidas.

Felizmente, está em discussão no Senado o Projeto de Lei do Senado nº296, que visa incluir nos projetos do MCMV diretrizes de acessibilidade ao definir um percentual mínimo de habitações que devem obedecer aos critérios de acessibilidade previstos em norma. A questão da sustentabilidade seria garantida por meio de soluções adequadas ao clima local e de padrões arquitetônicos que garantam eficiência energética e a utilização de matérias-primas que estejam de acordo com o saber-local. O Projeto de Lei se justifica devido ao PMCMV privilegiar o uso de materiais convencionais e deixar de lado técnicas vernáculas como a taipa e o adobe, por exemplo, que podem inclusive ajudar a reduzir os custos totais (BRASIL, 2018).

O Distrito Federal¹, historicamente, é marcado pela luta do direito de acesso à terra através do conflito entre o mercado imobiliário e os movimentos sociais de moradia. É sabido que o primeiro dispõe de mais vantagens, visto a grande quantidade de recursos financeiros, mão-de-obra e maquinário que são suficientes para vencer as disputadas licitações do governo, restando para os movimentos de moradia os lotes mais periféricos à cidade, contribuindo para o movimento pendular² diário nas cidades-satélites.

A ocupação Dorothy Stang no Setor Nova Colina da cidade de Sobradinho, como mostra a **Figura 1**, é um reflexo desse problema. Surgida em 2015, trata-se de uma ocupação em processo de regularização fundiária composta por 544 famílias, divididas em 12 ruas ainda sem a devida infraestrutura básica, como mostra a **Figura 2**, e em habitações construídas com material provisório (Andrade, 2018). São famílias de baixa renda de outras regiões do Distrito Federal e de outros estados do Brasil que não têm condições de comprar uma casa própria e nem de pagar aluguel. Como medida desesperada, optaram por ocupar uma área pública e construir suas moradias improvisadas, com a expectativa de, um dia, conseguirem a regularização fundiária.

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre os processos de autogestão e autoconstrução com foco na participação popular e na sustentabilidade, a partir do caso da ocupação Dorothy Stang em Sobradinho, Distrito Federal. Para tanto, foi necessário desenvolver uma revisão de literatura para buscar compreender e conceituar as temáticas da autogestão e autoconstrução, com o intuito de entender como se dão esses processos e de que maneira esses conceitos podem ser relacionados com a Ocupação Dorothy Stang. Por fim, foi feita uma análise das tipologias autoproduzidas da Ocupação para verificar como ocorre a sua concepção e execução, permitindo entender a aplicabilidade desses conceitos no estudo de caso.

¹ O Distrito Federal possui extensão territorial de 5.799,997 km² distribuídos em 31 Regiões Administrativas (RA's). De acordo com o censo demográfico do IBGE em 2010, sua população é de 2.570.160 habitantes, com densidade demográfica de 444,66 hab/km² (IBGE, 2010).

² Movimento pendular é aquele realizado diariamente por trabalhadores que residem em uma cidade e trabalham em outra, mais distante.

Figura 1. Localização do setor Nova Colina, em Sobradinho – DF. **Figura 2.** Ocupação Dorothy Stang setor Nova Colina

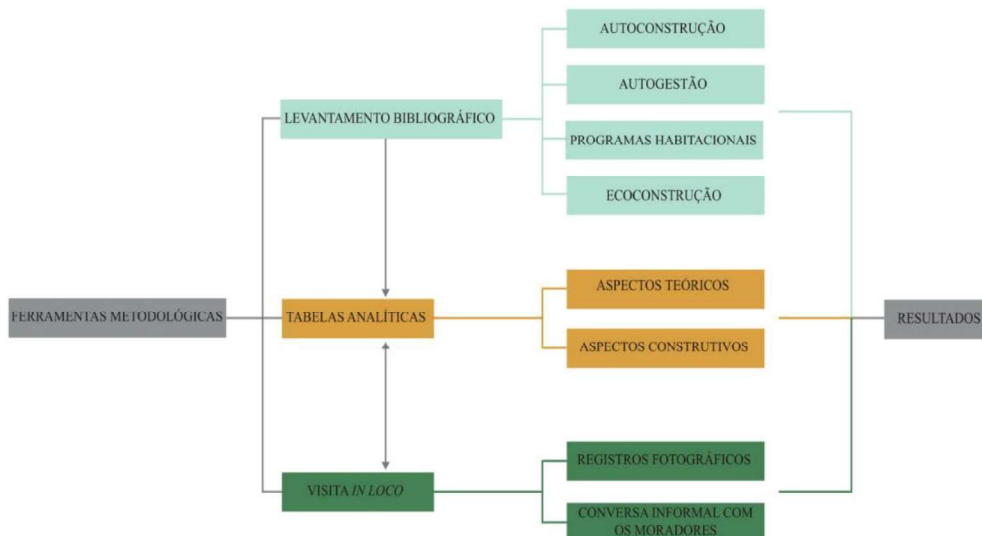


Fonte: SEGETH, 2017 e Google Maps, 2018

2. METODOLOGIA

O trabalho partiu de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa com a finalidade de obter maior familiarização com o tema investigado como os conceitos de autoconstrução, autogestão, ecoconstrução e outros conceitos correlatos fundamentais para o entendimento da questão habitacional sustentável em Brasília. A metodologia foi esquematizada e ilustrada por meio da **Figura 3**.

Figura 3. Diagrama da metodologia aplicada



Fonte: Produzido pelos autores, 2018.

O levantamento bibliográfico consistiu em fazer um apanhado de alguns dos autores mais relevantes para o tema, como Maricato (1982), Lago et al. (2012), Nascimento et al. (2016) e Andrade (2014 e 2018). Assim foi possível explorar brevemente conceitos de diferentes autores em relação aos processos de autogestão, autoconstrução e ecoconstrução e as suas implicações para a constituição do tecido urbano da ocupação Dorothy Stang.

A partir do entendimento de que os conceitos estudados poderiam ser aplicados no caso da ocupação Dorothy Stang, foi possível relacionar os aspectos teóricos de autoconstrução e autogestão com base em

Maricato (1982) e Lago et al. (2012), que foram resumidos a: I) Construção de habitações; II) Construção de espaços comunitários e III) Organização dos indivíduos em grupos comunitários.

O aspecto construtivo considerado para análise foi inspirado pela metodologia de análise de Nascimento et al. (2016), em que foi considerada unicamente a variedade de materiais utilizados para a construção das estruturas e vedações das casas, divididos em: madeira, alvenaria, fibrocimento, metal e lona.

A questão da ecoconstrução foi baseada em Sattler (2007, apud. SILVA et al., 2015) que diz respeito à importância de minimizar os impactos das transformações do meio ambiente causadas pelo Homem através de escolhas mais sustentáveis, como o aproveitamento da água de chuva e a utilização de materiais construtivos sustentáveis, como demonstra a **Figura 4**.

Tabela 4. Diretrizes de Sattler (2007) para análise do Dorothy Stang.

Diretrizes de Sattler (2007)	Aproveitamento do terreno para captação e reutilização de água da chuva
	Utilização de materiais construtivos locais e sustentáveis
	Maximizar durabilidade da edificação através de materiais de qualidade
	Adequação da edificação ao clima
	Projeto de áreas de lazer e de interação social

Assim

Fonte: Adaptado de Sattler (2007)

a metodologia consiste em reunir as definições de Maricato (1982), Lago (2012) e Sattler (2007), que permitiram tornar mais claro como os conceitos de autogestão e autoconstrução que foram implementados na prática.

3. ASPECTOS TEÓRICOS

3.1 Autoconstrução e autogestão

Maricato (1982) afirma que a autoconstrução é, dentre muitas definições possíveis, um processo de trabalho em conjunto cujo objetivo principal é a promoção de habitações para famílias cuja renda não é suficiente para a aquisição do seu próprio domicílio. Além de habitações, a autoconstrução também pode compreender a construção de igrejas, creches, escolas e, portanto, contribui para a produção do espaço urbano. Trata-se de um processo popular baseado na cooperação, na troca de favores, na solidariedade e na necessidade, oferecendo certa autonomia à comunidade participante ao integrá-la ao regime de decisões projetuais e, posteriormente, à execução da obra.

O passo seguinte após a compra ou a ocupação do loteamento é a armação de barracas para dar início à apropriação da terra. Cada família monta a sua reaproveitando materiais de construção como lona e placas de madeirite, a depender do tamanho de cada grupo familiar, da sua respectiva condição financeira e da disponibilidade do material na região. O tempo de transição entre a barraca e a construção da habitação em alvenaria de tijolo cerâmico varia de acordo com a condição financeira de cada família, a aquisição de materiais e a disponibilidade para executar o serviço. De acordo com Nascimento et al. (2016) a opção pela alvenaria em bloco cerâmico revela a intenção dos moradores de permanecerem e se estabelecerem no lugar e também é uma forma de tornar aparente as reivindicações dos ocupantes.

Em relação à autoconstrução, a autogestão é um conceito mais amplo: Lago et al. (2012) argumentam que envolve um conjunto de processos decisórios coletivos baseados na cooperação e na autonomia das entidades participantes. Além dos aspectos de autoconstrução das habitações a autogestão requer uma cadeia de produção que organiza os participantes em setores, responsáveis pelo controle da gestão dos recursos e das obras pelos próprios movimentos populares em todas as etapas, desde a definição do terreno até organização do mutirão, por exemplo (LAGO et al., 2012).

Na autogestão as famílias têm papel ativo na resolução dos problemas de moradia. A organização desses indivíduos em associações e cooperativas habitacionais é uma resposta à exclusão social provocada pelo mercado imobiliário especulativo e uma forma de confrontá-lo. Grande parte dos programas sociais de moradia por autogestão são liderados pelas chamadas “cooperativas”, que têm a oportunidade de disputar terras na cidade, mas precisam obedecer às regras do mercado imobiliário tradicional, deixando-as em desvantagem por não disporem da mesma quantidade de recursos financeiros, restando muitas vezes as áreas periféricas da cidade.

3.2 A sustentabilidade nos programas habitacionais

Nascimento e Tostes (2011) se contrapõem à ideia de superação do *déficit* habitacional brasileiro, objetivo principal do Programa Minha Casa Minha Vida³, pois apontam que há no país um estoque de seis milhões de domicílios vagos. O problema estaria na má distribuição de lotes e na concentração de renda, acentuada cada vez mais por programas habitacionais como o MCMV que reproduzem modelos habitacionais já ultrapassados, datados do início do século XX e que visavam somente ao aumento quantitativo do número de habitações – a tão conhecida “Máquina de Morar” –.

O Minha Casa Minha Vida – Entidades⁴ pôde apresentar formas de financiamento mais flexíveis ao fixar as mensalidades no custo de 10% do valor da renda da família. Mesmo assim, a dificuldade das entidades participantes em adquirirem um loteamento era grande, pois exigia-se conhecimento técnico e administrativo os quais as construtoras imobiliárias tinham grande vantagem, restando às entidades bairros periféricos e segregados do restante da cidade, contribuindo para o aumento da desigualdade social.

De acordo com Lago (2012) ainda há problemas não solucionados, como “o alto custo da terra urbanizada, dos poucos recursos para viabilizar a assistência técnica e a enorme quantidade de documentos técnicos exigidos para a contratação”. A política dos programas ainda não reconhece a importância dos autoconstrutores como personagens, uma vez que a comunidade ainda não tem o poder de participar nos processos de decisão de projeto e de gestão de recursos.

Tanto o MCMV quanto o MCMV-E priorizam a utilização de materiais convencionais como o bloco cerâmico, o aço e concreto armado e, no entanto, não consideram as variabilidades locais como o clima da região, o tipo e declividade do solo e nem as influências que esses fatores têm sobre o conforto e desempenho térmicos das habitações.

³ Conjunto de programas habitacionais que objetivava a construção de um milhão de casas para famílias com diferentes faixas de renda. Lançado em 2009 pelo governo federal através do Ministério das Cidades. Renato, Pequeno e Rosa (2012) afirmam que o PMCMV trouxe dinamidade para a economia brasileira da época, uma vez que reaqueceram diversos setores da economia, como a indústria e o próprio setor imobiliário em tempos de crise, assim como ajudaram a reduzir a deficiência no setor habitacional.

⁴ Fruto de reivindicações dos movimentos de moradia, principalmente do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR), para que parte desse um milhão de casas construídas pelo programa principal fosse executada por meio de autogestão. São atendidas famílias com renda bruta de até R\$:1395,00.

A votação da PLS 296⁵ é de suma importância para melhorar a qualidade dos projetos, uma vez que prevê percentual mínimo para a inclusão de casas acessíveis e para o emprego de técnicas construtivas vernaculares como o adobe e a taipa, por exemplo; de maneira a valorizar a participação das pessoas na construção das casas com técnicas locais, reduzir os custos totais do projeto e empregar técnicas que estejam de acordo com o clima de cada região.

3.3 Ecoconstrução

A ecoconstrução é baseada no planejamento estratégico que aproveita ao máximo os recursos da natureza para beneficiar a comunidade, sem sobrecarregar a natureza. A criação de sistemas urbanos de baixo impacto e de alta produtividade é uma das suas maiores características. As principais ferramentas dessa produção sustentável são: a escolha responsável dos materiais e sistemas construtivos; aproveitamento de fontes de energia renováveis e naturalmente limpas e a escolha de uma implantação que esteja adequada à topografia e aos ecossistemas locais, de maneira que a arquitetura integre esses dois elementos (SATTLER, 2007).

A permacultura⁶ é um assunto praticamente indissociável da ecoconstrução, pois envolve o estudo de microclimas, do tipo de vegetação mais adequada para a região e o estudo do manejo, reaproveitamento, escoamento e infiltração de água no solo (ANDRADE, 2014). Trata-se de uma maneira de defender a integração entre bairros, a diversidade de usos e a caminhada como meio de deslocamento principal para curtas e médias distâncias, pois incentiva que as pessoas ocupem as ruas e gerem vitalidade urbana.

A discussão do PLS 296 pode facilitar o emprego de técnicas construtivas que favoreçam a transformação do espaço pelos seus próprios moradores e contribuam para o desenho de espaços urbanos que estejam de acordo com os saberes locais da comunidade. Trata-se do estabelecimento de estratégias de desenho urbano que viabilizem a proximidade entre morador e bairro em escala reduzida e que favoreça a diversidade de usos e a pluralidade social em todas as partes integrantes da cidade.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A nova lei n. 13465/2017 para regularização fundiária tem sido objeto de muita polêmica, altera diversas outras leis, desconsidera a política urbana e ambiental vigente, dispensa a provisão de infraestrutura pelo poder público e acaba favorecendo grileiros de alta renda, acelerando a expulsão dos moradores de baixa renda. A regularização fundiária só poderá ocorrer após a aprovação, pelo município, de um projeto urbanístico específico para cada assentamento, com o parcelamento do solo contendo a indicação de logradouros e terrenos públicos e definindo a localização dos futuros lotes. Mesmo que se mantenham inalteradas as construções preexistentes, o projeto urbanístico é imprescindível, demandas de correções podem ser necessárias como a desocupação de áreas de risco, a abertura de áreas livres de lazer, o alargamento de vias para circulação de ambulância, caminhões de lixo e viaturas policiais, bem como a instalação de equipamentos, como escolas e postos de saúde.

Por solicitação da própria comunidade do Dorothy Stang, o envolvimento da Extensão da

⁵ Acrescentou-se à redação do § 1º do art. 1 e ao art. 73 da Lei nº 11.977/2009 o emprego de “tecnologias de impacto ambiental reduzido” em no mínimo 5% das unidades habitacionais construídas em cada Município com recursos do FGTS e 10% dos subprogramas voltadas à entidades populares, em núcleos urbanos de até 50 mil pessoas.

⁶ Desenvolvida nos anos 1970 por Bill Mollison e David Holmgren. Trata-se de promover a integração entre o Homem e os ecossistemas por meio do design urbano, dentro da dinâmica das cidades. Baseada no planejamento estratégico que aproveita ao máximo os recursos da natureza para beneficiar a comunidade, sem sobrecarregar a natureza

Universidade de Brasília se deu por meio dos Projetos do grupo “Periférico, trabalhos emergentes” e do Escritório Modelo CASAS da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. No edital nº 01/2017 (DEX-DPI) foi então aprovado o projeto “O cantinho de todos: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes”.

No âmbito do projeto do grupo de pesquisa, neste artigo será abordado apenas a análise das moradias existentes. Apesar de a ocupação do espaço urbano do Dorothy Stang ter acontecido de forma coletiva, notou-se durante a visita *in loco* e a partir de conversas informais com os participantes da ocupação que a construção da maioria das casas ficou a cargo dos seus respectivos moradores, de seus familiares e amigos, não envolvendo portanto pessoas externas à esse círculo social restrito, ou seja, a técnica do mutirão não foi a mais utilizada. Apesar disso, o senso coletivo de comunidade está muito presente e pode ser verificado principalmente nos espaços comunitários, em que se estabelece o estreitamento de laços entre a comunidade, assim como possibilita a solução de eventuais problemas da Ocupação.

Os conceitos abordados permitiram a elaboração de tabelas que tratam resumidamente alguns dos principais aspectos acerca da autogestão e autoconstrução e como estes podem ser observados na Ocupação Dorothy Stang. A **Tabela 1** mostra três princípios básicos da autogestão e autoconstrução que foram aplicados à comunidade. A **Tabela 2** analisa a variedade de materiais utilizados para construir as habitações.

Na **Tabela 2** é possível perceber que a tipologia das casas difere bastante. Mesmo que a grande maioria apresente somente o pavimento térreo, os materiais empregados são utilizados de formas variadas. A presença de lona e de ripas de madeira, materiais que geralmente são reaproveitados de resíduos de outras construções, evidencia um caráter provisório em que se almeja a reconstrução dessas habitações em alvenaria de bloco cerâmico, dependendo da condição financeira de cada família e da regularização da ocupação. Mesmo assim, são espaços em constante mudança e aprimoramento.

Tabela 1. Aplicação dos conceitos de autogestão e autoconstrução no Dorothy Stang

Tabela 2. Casas autoconstruídas na ocupação Dorothy Stang – Sobradinho, DF

CARACTERÍSTICA	APLICAÇÃO NO DOROTHY STANG	FOTO DA CASA	ANÁLISE DOS MATERIAIS EMPREGADOS
Construção de habitações			
Construção de espaços comunitários			
Organização dos indivíduos em grupos comunitários			

Legenda:
■ Metal ■ Madeira ■ Fibrocimento ■ Lona ■ Alvenaria

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2018.

Fonte: Desenvolvida pelos autores, 2018.

A composição das casas raramente segue um planejamento prévio. Notou-se na maioria dos casos a utilização de materiais de vedação diferentes para a mesma fachada e de esquadrias que não foram feitas para serem adequadamente instaladas nesses materiais. Apesar de apresentarem vários problemas de estrutura, encaixe e conforto térmico, cumprem a função básica de proteção das intempéries enquanto soluções mais adequadas não podem ser tomadas. O aproveitamento da telha de fibrocimento torna-se um grande problema em termos de conforto térmico e salubridade.

No entanto, em outras casas foi possível perceber certa preocupação com a composição das fachadas pelas cores, pela simetria na distribuição das esquadrias nas paredes e pela repetição de soluções arquitetônicas de casas urbanas convencionais, demonstrando que desde o início há preocupação em deixar as habitações agradáveis para os seus próprios moradores e pela necessidade de se sentirem pertencentes ao espaço.

Mais do que por apelo estético, é necessário que as habitações aproveitem todo o potencial ecológico que o ambiente favorece. Pensando nisso a **Tabela 3** representa alguns dos problemas encontrados no assentamento que poderiam ser minimizados com as diretrizes de Sattler (2007) para a elaboração de um urbanismo mais sustentável para o local.

Tabela 3. Diretrizes de Sattler (2007) para serem aplicadas ao Dorothy Stang.

Problemas encontrados no Dorothy	Diretrizes de Sattler (2007)
Declividade do solo causa enxurradas	Aproveitamento do terreno para captação e reutilização de água da chuva
Construção a partir de resíduos de outras construções	Utilização de materiais construtivos locais e sustentáveis
Edificações com aspecto provisório devido aos materiais utilizados	Maximizar durabilidade da edificação através de materiais de qualidade
Edificações quentes e abafadas com poucas aberturas	Adequação da edificação ao clima
Espaços comunitários com pouca estrutura	Projeto de áreas de lazer e de interação social

Fonte: Desenvolvido pelos autores, 2018.

4. COMENTÁRIOS FINAIS

Este artigo tratou de explorar as temáticas da autogestão e autoconstrução no âmbito do Distrito Federal e as respectivas implicações desses processos construtivos na Ocupação Dorothy Stang na cidade de Sobradinho. Para tanto, as temáticas foram conceituadas com base no referencial teórico apresentado e brevemente exemplificadas através da análise de algumas das habitações da Ocupação.

A autoconstrução é determinada por Maricato (1982) como uma iniciativa da parte da população que não tem condições financeiras de alugar ou comprar um imóvel e decide pela ocupação de um lote ou imóvel desocupado ou não produtivo no meio urbano, numa tentativa desesperada de se inserir na dinâmica urbana das cidades e de conquistarem o direito da habitação, garantido por lei. De acordo com Brasil (2009, apud. Nascimento et al. 2016) é um fenômeno presente em 70% das cidades brasileiras. A autoconstrução não se limita somente à construção de casas, mas pode ser estendida à toda tipologia que tenha uma função coletiva e/ou social, como igrejas e creches, por exemplo.

A autogestão, por sua vez, é um conceito mais amplo e envolve um conjunto de processos decisórios que são organizados em cadeias de produção e são responsáveis pela escolha dos núcleos de operação da entidade, pela definição do terreno, maneira de ocupação, financiamento dos lotes e outras atividades correlatas (LAGO et al., 2012). Graças às reivindicações dos movimentos sociais de moradia que auxiliam e geralmente coordenam a criação das entidades, o governo federal criou programas habitacionais mais adaptados para as famílias de baixa renda, como o Programa Minha Casa Minha Vida e, mais tarde, o Minha Casa Minha Vida – Entidades, que incluía a autogestão como possibilidade de execução dos empreendimentos. No entanto, Lago et al. (2012) afirmam que os programas ainda ofereciam muita burocracia e condições de pagamento que estavam muito acima da realidade das famílias de baixa renda e, portanto, os programas não obtiveram êxito, mas demonstraram a força que os movimentos de autogestão detinham.

Tomando consciência do histórico de conquistas dos movimentos sociais e a sua importância para o desenvolvimento de programas habitacionais que contemplem famílias de baixa renda, acredita-se que o governo federal deveria incentivar a criação de mais entidades e cooperativas populares. Esta medida facilitaria a produção habitacional e valorizaria a participação popular no processo de concepção e transformação das cidades, sendo possível que a população disputasse igualitariamente a compra de lotes e promovesse um urbanismo participativo.

Apesar de todas as dificuldades encontradas pela população que necessita da prática de autogestão e

autoconstrução para garantir a sua subsistência, o presente artigo defendeu estas alternativas como maneiras de apropriação da cidade pela própria população, dos cidadãos comuns e, por esse motivo, acredita-se que é possível aliar técnicas construtivas populares com metodologias participativas sustentáveis e planejadas para aumentar o potencial ecológico das cidades. Acredita-se que as metodologias participativas podem levar à população autoconstrutora o conhecimento de noções de projeto e de legislação urbanística, que são a chave para que os ocupantes se tornem os agentes das mudanças. Assim seria possível que os moradores adotassem com auxílio da assessoria técnica padrões estratégicos urbanos que prezassem, acima de tudo, pela sustentabilidade e pela melhoria da qualidade da moradia no local, sem perder a sua identidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem.** 2014. 544 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18042>>. Acesso em: 25 maio 2018.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **O Cantinho de Todos: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes.** Brasília: Liza Andrade, 2018. 43 slides, color.

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN. **Pesquisa Domiciliar Socioeconômica PEDS.** Brasília: Governo do Distrito Federal, 2009. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Pesquisa-Domiciliar-Socioeconômica-PEDS-2009.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2018;

DECANATO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Inscrição de proposta ao edital nº 1/2017 – DEX/DPI.** Brasília: Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: <<http://dex.unb.br/noticias/537-edital-programa-integrado-de-fomento-para-projetos-de-inovacao-tecnologia-e-integracao-social>>. Acesso em 07 jun. 2018.

LAGO, Luciana Corrêa do (Org.). **Autogestão habitacional no Brasil: Utopias e contradições.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a Arquitetura Possível. **A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo: Alfa Omega, 1982. 2. ed. p.71-94;

NASCIMENTO, Denise Morado (Org.). **Saberes [auto] construídos.** Minas Gerais: Associação Imagem Comunitária, 2016.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD.** Brasília: Governo do Distrito Federal, 2015. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Resumo-PDAD-Distrito-Federal.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2018;